

ARTIGO

GÊNERO E SEXUALIDADE EM HISTÓRIAS DE VIDA DE MULHERES DO TRÁFICO: ENTRE RUPTURAS E PERMANÊNCIAS

MARINA TORRES COSTA LIMA

Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6738-5326>

THELMA MARIA GRISI VELÔSO

Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP – Campus de Araraquara, São Paulo). Professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Saúde e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0447-7490>

IDALINA MARIA FREITAS LIMA SANTIAGO

Doutora em Ciências Sociais/Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4752-0260>

RESUMO: O artigo objetiva identificar, nas narrativas de histórias de vida de mulheres envolvidas com o tráfico de drogas e privadas de liberdade, as rupturas e as permanências com o discurso heteronormativo de gênero e sexualidade. Realizou-se uma pesquisa qualitativa e obtiveram-se oito entrevistas de história de vida que foram submetidas à análise de discurso. As narrativas são construídas nas múltiplas posições assumidas, ora no campo das continuidades, ora das discontinuidades, especialmente em relação às normas de gênero. A permanência das narradoras nas construções hegemônicas de gênero precisa ser pensada devido à força dos discursos que regulam e produzem os gêneros, cujos efeitos remontam à “naturalização” de comportamentos que fundamentam inúmeras relações de poder em sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Mulheres. Tráfico de drogas. História de vida. Discurso heteronormativo.

GENDER AND SEXUALITY IN THE LIFE STORIES OF WOMEN INVOLVED IN DRUG TRAFFICKING: BETWEEN BREAKS AND CONTINUITIES

ABSTRACT: In a study carried out with women involved with the drug trafficking, the objective was to identify the repertoires used by them in their narratives related to their life history. We could realize that the identity of these women is built in the midst of the multiple positions assumed by them, sometimes in the field of continuities, sometimes in discontinuities, especially those who are related to the heteronormative discourse of gender and sexuality. The narrators' permanence in the hegemonic constructions of gender need to be thought of as a function of the force of the discourses that regulate and produce the genres, in which their effects go back to the "naturalization" of behaviors, based on a numerous relations of power in society.

KEYWORDS: Gender. Women. Drug trafficking. Discourse analysis.

Recebido em: 30/06/2021

Aprovado em: 11/08/2021

DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-2767.2021v72p107-132>

Introdução

Este artigo objetiva identificar as rupturas e as permanências em relação ao discurso heteronormativo de gênero e sexualidade em relatos de história de vida de mulheres privadas de liberdade envolvidas com o tráfico de drogas. A ideia de trabalhar com esse público se deve ao aumento expressivo do envolvimento de mulheres com as práticas criminosas, sobretudo com o tráfico de drogas (BRASIL, 2020). Na pesquisa em questão, as participantes falaram sobre suas vidas, desde a infância até as vivências como mães e esposas, e sobre a forma como homens e mulheres demonstram sentimentos e as maneiras como vivenciam a sexualidade.

Ancoradas numa abordagem construcionista (SPINK, 2010), entendemos que todas as correntes nesse campo têm em comum o propósito de servir como um convite para questionar o que está instituído, desconfiando da natureza pré-discursiva de qualquer objeto social. Assim, a linguagem é entendida como uma prática social que não só produz sentido e explica a realidade como também constitui as relações em sociedade. O sentido é produzido em determinado contexto, no tempo e no espaço, em que há um diálogo permanente entre os sentidos produzidos ontem e hoje, bem como permanências e rupturas que constituem e orientam as práticas discursivas dos sujeitos.

Apoiando-nos na perspectiva de Judith Butler (2000; 2015; 2016; 2017), compreendemos o gênero como uma construção discursiva. A referida autora problematiza os binarismos, inclusive as dicotomias sexo/natureza e gênero/cultura, e, embora não ignore a materialidade dos corpos, ressalta que eles produzem significados e são produzidos por eles. Logo, os gêneros são concebidos através dos enunciados que os rodeiam.

Para Butler (2015), o gênero é um efeito de práticas discursivas reguladoras que normatizam os sujeitos. Essa formulação do conceito butleriano de gênero se assenta na perspectiva da heteronormatividade, que se refere à matriz discursiva de inteligibilidade que utiliza como norma a heterossexualidade compulsória. A autora entende inteligibilidade “como aquilo que se produz como consequência do reconhecimento de acordo com as normas sociais vigentes” (BUTLER, 2016, p. 15). Em *Problemas de gênero* (2015), Butler refere que tanto o sexo quanto o gênero são atos

normativos asseverados pela repetição de valores heterossexuais, que são considerados hegemonicamente como “normais”. A autora indica que o tabu do incesto e o tabu contra a homossexualidade foram proibições que produziram as grades culturalmente inteligíveis da heterossexualidade compulsória, da qual os conceitos de sexo e de gênero são decorrentes. Assevera, ainda, que essa matriz discursiva – a heterossexualidade – atribui coerência e linearidade às relações entre sexo, gênero e desejo, tendo como fundamento a dicotomia homens e mulheres. Butler (idem, p. 45) acrescenta que “essa concepção de gênero [fundada na matriz heterossexual] não só pressupõe uma relação causal entre sexo, gênero e desejo, como também sugere igualmente que o desejo reflete ou exprime o gênero, que o gênero reflete ou exprime o desejo”.

Cabe salientar que a heteronormatividade preconiza que os sujeitos devem organizar suas vidas conforme o modelo heterossexual fundamentado no princípio da separação entre homens e mulheres, sem se referir explicitamente a aspectos relativos a práticas sexuais. Por isso encontramos pessoas com vivências homoafetivas que utilizam os padrões heteronormativos em suas experiências de vida.

Butler (idem) refere, todavia, que, embora haja um discurso hegemônico que produz um gênero binário, hierárquico e oposicional, a existência de produções discursivas de gêneros subversivas aponta as possibilidades de rupturas também existentes. Nessa direção, a filósofa explica que não há gênero verdadeiro ou falso, mas apenas construções como efeitos de “verdade” de um discurso sobre uma identidade estável. Para a autora (2017), as rupturas com o hegemonicamente estabelecido são desvios das normas que não acontecem pela vontade individual, mas na perspectiva de que as normas nunca podem ser plenamente incorporadas e estão sujeitas a resultados não previstos, à “falibilidade”. O aparecimento do imprevisto constitui o relaxamento da norma. Demarca-se, aqui, o caráter instável de pretensão da regulação, que é passível de questionamentos e remodelagem. Esse desvio das normas é exemplificado por Butler (2016) nas corporificações transexuais (drags, travestis, lésbicas butch/femme) e indica como outras possibilidades discursivas podem estabelecer novos critérios de inteligibilidade e reconhecimento.

Assim, o conceito de gênero assumido neste trabalho é o de uma construção discursiva que consiste em reiterar atos ao longo do tempo, norteados pelos discursos hegemônicos (a heteronormatividade) que ditam normas para os universos masculino e feminino em sociedade. Contudo, apesar de essa construção discursiva ser hegemônica, encontra fissuras e rupturas que dão margem à produção de novas matrizes discursivas (BUTLER, 2015).

O gênero também é um construto social culturalmente delimitado, que “faz homens e mulheres adotarem comportamentos comunicativos próprios para expressar emoção” (ABU-LUGHOD; LUTZ, 1990 apud SALGADO, 2003, p. 315). A emoção é compreendida numa perspectiva discursiva, em que se desconstrói o significado naturalizado de emoção e passa-se a entendê-la como uma prática social que é produzida nas interações sociais e atravessada por questões culturais e sociais. O “discurso emocional” expressa não apenas sentimentos, mas também questões como conflitos sociais, relações de gênero e de poder. Os sentimentos são “experiências sociais capazes de jogar luz nas vivências dos gêneros em sociedade e no exercício de suas sexualidades” (BISPO, COELHO, 2019, p. 186).

Como recurso metodológico, utilizou-se a metodologia qualitativa da História Oral, na perspectiva defendida por Alessandro Portelli (1997; 2017), por considerar que as memórias dos sujeitos, como uma categoria em movimento, complexa, dinâmica e seletiva, possibilitariam compreender os sentidos atribuídos à vida e os posicionamentos assumidos pelas participantes, pois, como afirma Portelli (2017, p. 189), “a história oral não nos servia ao certo para saber os fatos, mas sem as fontes não teríamos nos aproximado de seus significados no plano da subjetividade”. Trabalhar com esse método e com a categoria da memória possibilita conhecer versões para os eventos que não são necessariamente corretas ou erradas, mas apenas expressões das subjetividades construídas pelas narradoras, no momento da entrevista, e que podem e devem ser consideradas como fatos da história (PORTELLI, 1997; 2017).

Recorreu-se à narrativa da história oral de vida devido à possibilidade de conhecer as experiências dessas mulheres e os significados a elas atribuídos, no decorrer de sua história, até o ingresso no “mundo do crime”. Esse tipo de narrativa caracteriza-se como “relato de um narrador sobre sua

existência através do tempo, que conta livremente sua vida, imprimindo ao relato suas próprias categorias, impondo um ordenamento e selecionando ele mesmo o que quer relatar” (LANG et al, 2010, p. 45).

A entrevista de história oral de vida possibilita adentrar a trajetória das pessoas para compreender a dinâmica das relações que estabeleceram ao longo da vida, a partir da ótica e da voz de quem vivenciou os fatos e os eventos. Por isso, na história de vida, o que interessa é o ponto de vista do narrador/a e a forma como interpreta e relata o que importa para ele/ela. A opção por essas narrativas assegurou a fluência nas falas e os sentidos atribuídos às suas experiências. Trabalhar com a oralidade das mulheres do tráfico foi um caminho para compreender sua versão e sua subjetividade, com uma espécie de mergulho em suas memórias, as quais pareciam querer explicar o porquê de estarem ali privadas de liberdade.

A análise das memórias femininas, por meio das fontes orais, multiplicou-se na década de 1980, no entanto, o mais importante é que, “ao passar a historiografia pelo olhar dos estudos de gênero e pela influência de uma epistemologia feminista, há um entrelaçamento de objetividade e subjetividade, explicação e compreensão, confrontando linguagens do presente com situações do passado” (TEDESCHI, 2015, p. 333).

Foram entrevistadas mulheres que respondiam ou já haviam recebido sentença condenatória por causa do tráfico de drogas na Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande/PB, localizada no Bairro do Serrotão, fora do centro urbano, e que integra o complexo prisional na cidade que também inclui a Penitenciária Regional Raimundo Asfora (Serrotão) e a Penitenciária Padrão (Máxima), ambas masculinas. É interessante destacar que a estrutura física da penitenciária feminina é uma espécie de apêndice do presídio masculino do Serrotão, prédio principal. Para Silva (2012, p. 59), essa estrutura nos convida a enveredar “por uma leitura de que a identidade da mulher criminosa está sendo construída como um ser complementar ao homem, como alguém que não foi pensada em sua gênese como uma criminosa, mas como alguém que vai sendo construído a partir das sobras de estrutura pensada para o homem”.

Nesse contexto, a penitenciária feminina fica invisível, já que é necessário dar a volta e passar pelas duas outras unidades do complexo para chegar até ela. Além disso, esse presídio não recebe o mesmo número de

visitas, sejam íntimas ou não, das penitenciárias masculinas. De fato, nesses dias, são vistas filas enormes de mulheres que vão ao encontro de seus maridos, companheiros ou filhos, em comparação com as pouquíssimas pessoas para as mulheres encarceradas na unidade prisional, o que comprova que, quando estão presos, os homens, raramente, perdem o contato com o mundo externo (MOREIRA, 2012).

A penitenciária feminina situa-se numa região um pouco íngreme, o que torna o acesso relativamente difícil, principalmente em épocas chuvosas. As atividades cotidianas do local, como, por exemplo, fazer a manutenção, limpar e cozinhar, são realizadas pelas próprias apenadas, distribuídas entre as de bom comportamento, que são remuneradas – ainda que precariamente – pelo trabalho prestado.

Na época da pesquisa, havia 94 mulheres no local. Quase metade foi condenada e/ou respondia pelo crime de tráfico de drogas, o delito mais recorrente no presídio. Aqui, importa dizer que a penitenciária é uma unidade que não recebe somente mulheres já sentenciadas, mas também as que ainda respondem a processo judicial em Campina Grande e região. Diferentemente de outras pesquisadoras, como Soares e Ilgenfritz (2002) e Moura (2005), não encontramos problemas para entrar e permanecer no presídio durante a pesquisa. No primeiro encontro, a diretora solicitou que apresentássemos toda a proposta de investigação, inclusive, como pretendíamos nos aproximar das participantes e os espaços que intencionávamos utilizar no presídio, e nos orientou sobre como fazer para obter a autorização institucional necessária para entrar e fazer as atividades de pesquisa.

Havia inúmeros projetos sendo desenvolvidos nas penitenciárias, todos coordenados e orientados por docentes da nossa Universidade, além de várias pesquisas de pós-graduação de várias outras Instituições de Ensino Superior da cidade. Esse contexto, provavelmente, facilitou a realização da pesquisa.

As aulas do ProEnem (Curso Preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio), no presídio feminino, foi o caminho encontrado para nos aproximarmos das mulheres. Esclarecemos que pretendíamos fazer uma pesquisa e, durante quase dois meses, semanalmente, frequentamos todas as aulas ministradas, interagindo, quando necessário, e anotando todas as

impressões em um diário de campo. Portanto, fizemos uma observação participante como estratégia de aproximação.

Depois de um pouco mais de um mês participando das aulas semanais, fizemos os convites para as entrevistas. Quando as mulheres eram abordadas, explicávamos como seria todo o procedimento ético e técnico para a entrevista e que não havia possibilidade de qualquer acesso ou interferência nos processos penais a que respondiam. Admitíamos, inclusive, que poderia parecer uma troca desigual, porque elas seriam solicitadas a contar sobre suas vidas, oferecendo-lhes apenas a escuta atenciosa e o compromisso ético e político de construir um saber sobre aquela realidade. Todas aceitaram de imediato.

Impressionante como pareciam ter vontade de contar sua história, suas versões e de explicá-las para a entrevistadora e quem mais fosse ler aquela narrativa. Com efeito, todas mostraram mais do que interesse em contar suas vidas, demonstraram, em realidade, uma vontade genuína de desabafar. Elas aproveitaram aquele momento para trazer memórias que, no dia a dia, preferiam esquecer. Histórias de abusos, maus-tratos, prostituição, drogas, traições... relatos que não constam, necessariamente, nas letras oficiais sobre suas vidas, que não estão nos processos que as posicionam como traficantes e criminosas, mas que foram contados.

As entrevistas duraram cerca de sessenta minutos, e todo o processo foi marcado por negociação entre as entrevistadas e a entrevistadora, sempre respeitando o espaço delas e a vontade de parar ou de silenciar. De início, nossa intenção era de fazer as entrevistas até encontrarmos o ponto de saturação, todavia alguns limites postos pela realidade objetivamente dada não possibilitaram que isso acontecesse, pois, em certo momento da pesquisa, não havia mais espaço para conversar com mulheres que respondiam especificamente pelo tráfico, sobretudo porque elas não participavam das atividades às quais se tinha acesso na penitenciária. Sendo assim, só foi possível realizar oito entrevistas de história de vida com mulheres condenadas pelo tráfico de drogas.

Das oito participantes, quatro eram paraibanas, e as demais, oriundas de outros estados do país. Metade das narradoras tinha apenas o ensino fundamental incompleto; duas, o ensino médio; e apenas uma, o superior incompleto. O marcador geracional chamou a atenção na pesquisa.

Primeiramente, porque metade das entrevistadas são jovens, conforme dispõe o §1º do art. 1º do Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013) (BRASIL, 2013), isto é, entre 15 e 29 anos. A outra metade não ultrapassou os 35 anos de idade. Todas eram ou foram casadas ou viveram uma união estável, e apenas uma não tinha filhos. O elemento raça não apareceu nas narrativas das interlocutoras. Em nenhum momento, elas se identificaram como negras ou brancas nem demonstraram qualquer interesse em levantar discussão a respeito.

Para analisar as entrevistas, utilizamos a perspectiva do estudo da produção de sentidos através das práticas discursivas (SPINK, 2010), cuja finalidade é de compreender as maneiras como as pessoas, ao se expressar, produzem sentidos e se posicionam nas relações sociais cotidianas. Para tanto, utilizamos a ferramenta dos mapas dialógicos (SPINK et al, 2014), como técnica de análise, que possibilita visualizar todo o processo de interanimação dialógica e os posicionamentos assumidos pelas participantes a partir de suas práticas discursivas. A propósito, Spink (2010) mostra a diferença entre práticas discursivas e discurso. O discurso é o uso institucionalizado da linguagem, normalmente relacionado a determinados campos do saber.

Seguindo a perspectiva de Spink et al (2014), conduzimos a pesquisa pela chamada ética dialógica, a qual pressupõe o não estabelecimento de relações de poder abusivas durante a pesquisa. Inclusive, os nomes das participantes foram substituídos por pseudônimos, para garantir que não houvesse nenhum sinal que as identificasse. Todo o contato estabelecido foi respaldado pela permissão do Comitê de Ética e pelo consentimento livre e motivado das entrevistadas.

As narrativas versaram sobre temas que compuseram a estrutura deste artigo e expressam a intersecção entre gênero, emoção e sexualidade (BISPO; COELHO, op. cit.). Assim, o texto foi estruturado em quatro subtópicos: o primeiro trata do trânsito dos corpos que se colocam na fronteira entre o hegemonicamente estabelecido para a masculinidade e a feminilidade; o segundo enfoca a narrativa acerca da maternidade; o terceiro aborda aspectos ligados à ideia de que as mulheres, diferentemente dos homens, amam intensamente; e o quarto, as vivências da sexualidade.

Histórias de vida: entre permanências e rupturas

Antes de apresentar as reflexões acerca dos subtópicos inerentes à estrutura deste artigo, convém enfatizar que, embora, na maior parte do tempo, os repertórios utilizados pelas interlocutoras, em suas narrativas, tenham ficado no marco do discurso hegemônico de gênero, que binariza, opõe e hierarquiza as relações entre os gêneros, elas não estiveram imunes a fissuras e ambivalências na construção de suas histórias. Das narrativas de história de vida obtidas, as mulheres ora utilizaram enunciados pertencentes à “ordem das regularidades” (SPINK; MEDRADO, 2000, p. 51), isto é, em que se podem visualizar as permanências nos sentidos construídos, ora se posicionaram de forma subversiva em relação às construções heteronormativas do gênero.

O trânsito dos corpos

Em suas narrativas, as entrevistadas falaram de seus posicionamentos na interação com o cotidiano e com outros discursos e apresentaram repertórios a que têm acesso, os quais dão sentido ao seu lugar e ao lugar do outro no mundo, dentro ou fora do crime, como se observa abaixo:

VIOLETA, 25 anos: Até meus 16 anos de idade, eu vestia camisa de homem, boné... toda largadona. Brincava de bola, soltava pipa, pião, era praticamente um menino. Depois dos dezesseis, aí eu comecei a namorar na escola, aí foi que eu comecei a me vestir mais feminina, me cuidar mais, cuidar da aparência...

Violeta elenca vários elementos que separam o universo masculino do feminino, segundo os discursos dominantes. Ao citar as brincadeiras de bola, pipa e pião e a forma “largada” de se vestir como “coisas de homem”, em oposição ao cuidado com a aparência como uma necessidade tipicamente feminina, a narradora incorre nos binarismos construídos e perpassados pelos discursos hegemônicos sobre como devem se portar os sujeitos em sociedade.

É interessante observar como Violeta se posiciona, saindo do que julga pertencer ao universo masculino e passando a “assumir” as características consideradas como femininas: “comecei a me vestir mais feminina”. Dessa forma, posiciona-se na fronteira demonstrando as possibilidades de que

corpos ocupem outros espaços para além dos definidos pelos discursos heteronormativos.

Na perspectiva de Butler (2015), os corpos não têm uma substância, eles são uma fronteira variável, uma superfície cuja permeabilidade é politicamente regulada. Para a filósofa, essa ideia de “trânsito dos corpos” costumeiramente é obscurecida em virtude da heteronormatividade, que oculta a gênese do gênero como repetição de atos controlados socialmente.

Para Margarida, cuja relação difícil com o pai ficou evidente em toda a entrevista, a existência desses dois universos distintos (masculino e feminino) se materializava no trabalho e em outros aspectos da vida cotidiana, como nas relações afetivas.

MARGARIDA, 33 anos: Ele [pai] sempre dizia assim: “Era pra ter nascido homem, era pra ter nascido homem que não ia me dar trabalho não”. Eu fui criada assim, fazendo serviço **de homem (enfática)**. Esse negócio de varrer casa, vim aprender, porque eu tive que aprender, mas eu não sabia, mas eu sabia traçar um traço de concreto, ir telhar uma casa com ele, tudo isso eu entendo. Aí, quando eu fui ficando mocinha, que mãe foi vendo, assim, meus peitos aparecendo, mãe disse: “Não, você não pode botar ela pra trabalhar nesse serviço não, que ela quer trabalhar sem blusa igual um homem e ela não é homem, ela é uma moça, ela é uma criança” (Grifo nosso).

Margarida refere-se à compreensão do pai sobre as diferenças na educação de meninos e meninas. A alusão ao “homem não dá trabalho” comumente é utilizada para se referir às questões relativas à vivência (heterossexual) da sexualidade. Da ênfase dada ao termo “serviço de homem”, nota-se que, para a participante, havia um desvio muito maior relacionado ao gênero do que ao elemento geracional, porque ela não contesta o fato de ser criança e trabalhar, mas de ser criança e trabalhar em serviços que não deveriam ser de uma mulher.

Margarida também usa um discurso heteronormativo sobre gênero, ao situar, entre as responsabilidades da mulher, o funcionamento da casa e a garantia da sociabilidade e da educação da família. Para o homem, restam os serviços pesados, fora de casa, como a atividade de pedreiro a que ela se refere. Assim, embora se posicione em ruptura com as construções hegemônicas, afinal, fazia “serviços de homem”, Margarida não questiona o fato de esse tipo de atividade ser costumeiramente feito por homens. Ao contrário, ela se posiciona como quem está onde não deveria, num processo

contraditório de quem rompe com o que está posto, mesmo acreditando que esses lugares são os que guardam as “verdades”.

Essas “verdades” estão assentadas nas perspectivas que imputam as diferenças entre os gêneros, nos códigos discursivos que essencializam as diferenças biológicas entre os sexos, tratando os lugares masculinos e femininos como distintos e opostos. Para Louro (2003, pp. 20-21), “o argumento de que homens e mulheres são biologicamente distintos e que a relação entre ambos decorre dessa distinção, que é complementar e na qual cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente, acaba por ter o caráter de argumento final, irrecorrível”.

A questão da maternidade

Ainda que não tenha sido necessário perguntar a respeito, todas as entrevistadas falaram sobre suas experiências como mães¹. Muitas delas traziam estereótipos relacionados ao discurso dominante sobre o gênero nos diálogos e citaram a culpa que sentiam por não estar presentes na vida dos filhos devido à prisão. Ademais, algumas se sentem responsáveis pelos comportamentos dos filhos e impotentes para cobrar qualquer mudança, já que se posicionam como pessoas incapazes de “dar exemplo” na situação em que se encontram.

MARGARIDA, 33 anos: Meus filhos, nesse momento, estão precisando urgentemente de mim. Eu nunca sofri na minha vida o quanto eu tô sofrendo agora, professora, por causa dos meus filhos... [...] porque ele não tem pai, ele não tem ninguém, ele só tem medo de mim. Medo não, ele tem assim... eu reclamo com ele, ele me obedece. Aí eu tenho tanto medo dele dizer assim: “Mamãe, que exemplo a senhora deu pra mim?”.

VIOLETA, 25 anos: Ele [filho] vive dizendo a meu pai que eu me esqueci dele, que não amo ele porque ele não, não é obediente. Que ele sente falta. E ele é **muito, muito, muito (enfática)** esperto. Muito, muito. E ele tem andado muito agressivo. Eu sei que isso é a falta do carinho da mãe... não tem carinho nenhum que substitua, não é verdade? (Grifo nosso).

Nesses relatos, observa-se a permanência nos discursos normativos sobre o gênero, com a apropriação do discurso de que o sentimento

¹ De todas as entrevistadas, apenas uma não é mãe, como já explicitado, e sofreu um aborto depois de brigar com o companheiro. Devido às complicações desse fato, não pode mais engravidar.

materno é inerente à condição de mulher, elemento ligado à essência feminina – de uma forma determinista, como se nenhuma relação tivesse com as inúmeras construções sociais e históricas – e cuja violação é passível de imensa reprovação moral. Essa repetição do discurso hegemônico se apresenta no próprio remorso, na própria culpa, que aparece em alguns relatos por terem “falhado”. No entanto, algumas narradoras, embora em tom de arrependimento, romperam com o que é posto para o gênero feminino no que se refere à maternidade, como vemos nesta fala:

DÁLIA, 19 anos: Mas eu só me arrependo mesmo pelo fato de eu não ter criado os meus filhos, ter deixado meus filhos pra lá... (Ininteligível) Minha menina hoje tem quatro anos, meu menino tem dois. E só sabem que eu sou mãe porque minha família sempre lembra a eles, mas se não, eles nem lembravam. (Silêncio)

Durante toda a narrativa, a entrevistada se posiciona como uma mãe irresponsável, e no relato acima, ressalta arrependimento, já que deixou os filhos de lado, como explica em outro fragmento: “Com quatro meses, eu dei minha filha a minha avó, porque eu queria ir prá banda voou”.

Conforme ressalta o relevante estudo de Badinter (1985, p. 15), “uma mulher é feita para ser mãe, e mais, uma boa mãe. Toda exceção à norma será necessariamente analisada em termos de exceções patológicas. A mãe indiferente é um desafio lançado à natureza, a anormal por excelência”. Para a maioria das nossas interlocutoras, o “natural” seria que o amor e o cuidado maternos estivessem presentes em todas as mulheres. Em diversas passagens, demonstraram culpa e arrependimento por não estarem perto dos seus filhos e horrorizadas com as que não se preocupavam com isso. É que, segundo a ordem dominante, não amar um filho é um crime inexplicável (BADINTER, *idem*). A referida autora contesta o mito do amor materno como essência e não defende que esse amor existe em todas as mulheres, afinal, em sua concepção, não há conduta universal e necessária da mãe. Ao contrário, o amor materno não é inerente às mulheres, mas modelado pela variabilidade dos seus sentimentos, segundo sua cultura, ambições ou frustrações. Souza (2007, p. 66) refere que as emoções vão sendo “moldadas” e “atualizadas” de acordo com cada época histórica, uma vez que são fenômenos históricos, e utilizadas como estratégias de controle – são “tecnologias de poder”.

Um dos principais impactos do encarceramento de mulheres, segundo Moreira (op. cit), é justamente a desestabilização das relações familiares, especificamente em relação à maternidade. Nesse sentido, a autora enfatiza que as participantes de sua pesquisa se responsabilizaram pelas direções “erradas” tomadas pelos filhos, pois se consideram os pilares de sua criação e ficam impossibilitadas de cumprir seu dever na cadeia. “A maternidade constitui grande problema para a mulher encarcerada, porque, como veremos adiante, os filhos ficam, quase sempre, abandonados ou em companhia de terceiros. Elas demonstram preocupação com o distanciamento e a subsistência dos filhos. Esse é um dos pontos que mais toca a todas” (MOREIRA, idem, p. 66).

Ao compreender o gênero como categoria analítica, Scott (1990) assevera a importância de se observar todo o universo simbólico que organiza as relações em sociedade. Da repetição constante de que existem brincadeiras de meninos e brincadeiras de meninas, de que há cores e comportamentos ideais para cada gênero etc., os sujeitos se constituem seguindo uma série de regras construídas e acreditando que elas estiveram ali desde sempre, “naturalmente”.

A capacidade de amar intensamente

Outro repertório recorrente que essas mulheres relacionam diretamente ao universo feminino é a capacidade de amar intensamente, o que as faz correr riscos em nome do amor. .

ROSA, 35 anos: Eu acreditava cegamente nele [marido], eu estava perdidamente apaixonada, entendeu? Até que um dia, um belo dia, a polícia vem a minha casa e dá aquele tremendo... lá chama-se “baculejo”. Joga tudo pro alto, revira tudo, procurando algo. Só estava eu e meu filho e ele não estava em casa. Eu apaixonada... eu acho que... Você sabe o que é uma mulher apaixonada, não é? (Risos) [...] Ali eu só conseguia enxergar uma coisa... eu sabia que aquele homem não tinha futuro pra mim. Além de viver no mundo do tráfico, ele era praticamente viciado no álcool... Mas eu não conseguia mais me ver sem ele, entendeu? Ele estava fazendo mal não só a mim, como ao meu filho também, mas eu estava (ininteligível). A grande besteira que eu fiz... (Silêncio) [...] Mesmo correndo todos os riscos. Ou tudo ou nada. Entendeu? Pra mim, a partir dali era ou tudo ou nada e ele me pediu tudo isso como prova de amor, entendeu? Como prova de amor! “Se você me ama...”, certo? Porque as mulheres dos outros companheiros dele, todas já eram, já viviam no meio do mundo do tráfico. [...] Porque é como diz o ditado, né? Por trás de um grande homem sempre existe uma grande mulher.

Ancorada em discursos essencialistas, Rosa, que atribuiu seu ingresso no “mundo do crime” ao amor cego que sentia pelo companheiro, recorre a memórias que posicionam as mulheres, de forma geral, como capazes de correr riscos em nome de um amor. É o que se depreende da pergunta que faz à entrevistadora: “Eu apaixonada... eu acho que... Você sabe o que é uma mulher apaixonada, não é? (Risos)”, que tem por efeito construir uma aliança entre a pesquisadora e a narradora e, certamente, entre todas as mulheres.

Além disso, Rosa apresenta a voz do companheiro na dinâmica de produção de sentidos, que, segundo ela, cobrava seu envolvimento no tráfico como uma prova de amor. Quando recorre ao discurso do companheiro e afirma: “pra mim, a partir dali, era ou tudo ou nada, e ele me pediu tudo isso como prova de amor, entendeu?”, o discurso da narradora talvez tenha procurado retirar de si parte da responsabilidade pelo ingresso no “mundo do crime”. Esse tipo de colocação aparece, com frequência, no decorrer das narrativas, uma vez que as entrevistadas, em diferentes momentos das entrevistas, negociam o sentido atribuído à culpa do outro pelo seu ingresso no tráfico e a sua própria, trazendo outros repertórios para justificar seu ingresso no mundo do crime, afinal, ser traficante é uma primeira ruptura com o que está instituído em sociedade.

Na visão de Acácia, mulheres e homens amam de forma distinta:

ACÁCIA, 33 anos: É uma coisa assim sem noção, mulher é troço besta no mundo e quando a gente cai aqui a gente vê que a gente faz papel de gente besta... É, porque **ama e não é amada (enfática)** suficiente porque quando a gente cai aqui, eles não se lembram da gente o tanto que a gente se lembra deles de jeito nenhum, de maneira nenhuma... é tudo ilusão da cabeça... amor, amor? Mulher, amor é da mãe, é quem passa nove meses com a gente na barriga, que gera, que lhe cria, quem lhe dá educação... mas homem, você conheceu ontem ou há num sei quantos anos... podem ser cem anos, que ele sempre apronta... homem é homem [...] (Grifo nosso).

A narradora posiciona a mulher como a que “faz papel de gente besta”. Quer, com isso, produzir o efeito de sentido de que a falta de reciprocidade nos sentimentos e nas entregas é notória nas relações homem-mulher, principalmente dentro do cárcere. Acácia fala de forma generalista sobre as centenas de mulheres “esquecidas” nas prisões país afora e se coloca na posição de quem se iludiu com o amor. Sua versão se

coaduna com o discurso hegemônico no que se refere à intensidade na forma de demonstrar sentimentos, compreendida como típica da mulher.

A entrevistada ainda repete o lugar-comum de que “amor só de mãe”, reforçando a premissa de que a maternidade é o elo mais confiável entre os seres humanos, que nem o amor paterno é tão seguro quanto o de mãe. Além disso, traduz a falta de confiabilidade dos homens ao dizer “podem ser cem anos, que ele sempre apronta... homem é homem...”, sugerindo que a “natureza masculina” difere da feminina, sendo menos fiel, mais despreocupada com sentimentos...

Com efeito, enquanto a mulher é pensada para o universo doméstico, para se manter ligada à família, e considerada como quem tem muita sensibilidade e capacidade de amar, o homem é construído para os espaços externos, para ser o provedor da casa etc.... Além disso, apesar de todos os questionamentos contemporâneos sobre certos paradigmas, o homem é visto maciçamente como aquele cujas traições são passíveis de perdão devido à “natureza” instintiva, aos desejos sexuais incontrolláveis, que “apronta” inevitavelmente, como mostra o desencantamento no relato acima transcrito.

Os posicionamentos da narradora certamente se ancoram às construções hegemônicas de gênero. Na referência ao estereótipo de homem estabelecido socialmente, é possível pensar sobre o caráter relacional do gênero, sabendo que não é viável conhecer e questionar a construção do universo feminino sem compreender como é construída a masculinidade hegemônica. Como afirma Scott (op. cit.), não há razão para se estudarem homens e mulheres de forma dicotômica, em duas esferas separadas, como se não houvesse relação entre a construção e as experiências de ambos os sexos, porque suas diferenças – e as desigualdades construídas em virtude delas – fundam inúmeras relações de poder e de privilégios nas relações em sociedade.

Remetendo-nos à imitação persistente de que fala Butler (2015), não basta ao sujeito ser nomeado homem ou mulher. É necessário insistir para que a norma seja vivida e reiterada, que o corpo se acostume com cada espaço construído para ele, conforme os discursos hegemônicos. Assim, as diferenças existentes entre os gêneros costumeiramente passam a ser

justificadas em virtude das diferenças sexuais, tratando os lugares masculinos e femininos como distintos e opostos.

Convém ressaltar que, da forma como se posicionam nas histórias de vida contadas na pesquisa, essas mulheres fizeram várias renúncias em nome do amor, a fim de permanecer ao lado dos companheiros ou maridos. É o que se vê neste relato de Acácia:

ACÁCIA, 33 anos: Às vezes, comprava metade de um frango... aí cozinhar aquele frango... botar a parte dos meninos, botar a dele [marido] todinho pra ele e deixar só o molho pra quando eu chegar eu comer... era assim... aí levava cigarro, queria agradar de todo jeito... o que pudesse entrar de melhor, ia... o que tivesse ao meu alcance, eu fazia, mesmo que pra mim não tivesse... tendo pra ele e os meninos, tava ótimo...

A entrevistada narra as dificuldades sofridas durante a prisão do marido, especialmente para prover sua manutenção e a dos seus filhos. A capacidade de se sacrificar é mostrada quando afirma: “O que tivesse ao meu alcance, eu fazia, mesmo que, prá mim, não tivesse... tendo prá ele e os meninos, tava ótimo...”, já que, no relato de Acácia, o importante era garantir o bem-estar dos filhos e do marido em detrimento do dela própria.

Benites e Barbarini (2009, p. 22) também identificaram esse discurso pautado no modelo binário hegemônico, que concebe as mulheres como seres dóceis e de uma capacidade inata de amar. Nas entrevistas que realizaram, as autoras concluíram que, sem se aperceber do caráter histórico-cultural dessa concepção, as participantes reproduziram “uma ideologia de gênero que ‘deposita’ o amor à mulher, como se homens não estivessem sujeitos a amar, a cuidar...” (BENITES; BARBARINI, *idem*, p. 22, grifo das autoras).

Sobre a sexualidade

Referendando a perspectiva heteronormativa, quando se reportam à sexualidade, as narradoras contrapõem a liberdade heterossexual masculina ao controle da sexualidade da mulher. Várias delas citaram, por exemplo, a virgindade como um tabu ainda bastante presente em suas vidas e na de outras mulheres. Nos discursos normativos, a delimitação da atividade sexual da mulher é compreendida como a ordem natural das coisas, o comportamento feminino ideal. Assim, como assevera Louro (2000), diversas estratégias são utilizadas para produzir e controlar um gênero e uma

sexualidade de acordo com os discursos hegemônicos, conformando uma identidade feminina ou masculina “normal” e duradoura, vinculada ao modelo de identidade heterossexual.

Louro (2003) faz questão de ressaltar que as dimensões de gênero e sexualidade não são a mesma coisa, apesar de, na prática social, serem extremamente relacionadas. Tanto o gênero quanto as sexualidades são processos discursivos que regulam e produzem saberes e instituem verdades. Seguindo a tradição teórica butleriana, Louro (idem, p.26) sustenta que “sujeitos podem exercer a sexualidade de diferentes formas (...), com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as”. Essa dimensão da sexualidade não deve ser confundida com a de gênero, pois o gênero diz respeito às formas como incorporamos a matriz dicotômica que separa masculino e feminino. Dessa forma, os sujeitos masculinos cisgêneros e transgêneros, os femininos cisgêneros e transgêneros e os de gênero fluido podem exercer práticas heterossexuais, homossexuais, bissexuais etc.

Nos relatos abaixo, as entrevistadas trouxeram o repertório articulado ao tabu da virgindade:

ROSA, 35 anos: E eu sempre fui privada de tudo, de certas amizades, entendeu? De ir pra festinhas quando eu já era adolescente. Meu pai não deixava, morria de ciúmes. Meu pai era mais liberal com os meus irmãos porque ele dizia assim: “Em homem não pega nada”, entendeu? “O bicho homem pode tudo, a mulher não pode nada”, entendeu? “Porque a mulher tem o que perder, o homem não tem”. A questão de virgindade, essas coisas, sabe? E eu sempre fui muito privada de tudo, minha adolescência inteira.

ACÁCIA, 33 anos: Fui crescendo, arrumei namorado, me ‘perdi’ com ele, mas aí eu não quis, nunca quis me juntar não... porque pouco tempo depois ele morava... acho que era... [diz o nome de uma cidade da Paraíba], trabalhava em... [diz o nome de uma cidade da Paraíba]... Quando eu me ‘perdi’ com ele, ele queria que eu fosse embora...

MARGARIDA, 33 anos: Eu via que as minhas colegas se ‘perdiam’, no modo de dizer, e os pais deixavam soltas e eu queria ter liberdade. Eu não tinha liberdade pra nada, nada... Aí eu disse, se eu for fazer isso aí também, eu acho que pai vai me deixar solta. Aí fui... e desde dos meus quinze anos que eu conheci esse rapaz, eu simpatizava muito com ele, mas eu sabia que ele não queria nada comigo, que ele queria... tipo assim, como me usar e jogar fora, mas como eu era uma ‘moça’, me envolvi com ele uma vez só, engravidei.

A permanência no binarismo com a repetição da dicotomia de que há comportamentos esperados do gênero feminino e do masculino evidenciam-se nesses relatos. Nas memórias de Rosa, a interação com o pai era sempre restritiva e fortemente fundada nos estereótipos dominantes de gênero. Já nos relatos de Acácia e Margarida, os termos usados – ‘se perder’ e ‘ser moça’ – mostram como elas se posicionavam em relação ao tabu da virgindade, na época em que viveram, e como continuam na ordem regular de repetição dos discursos binários sobre o gênero. A expressão “se perder” é normalmente referida à honra da mulher.

A virgindade aparece como uma preocupação diretamente relacionada ao gênero feminino, já que não haveria nenhuma punição ou reprovação para a perda da virgindade masculina, que não é vista como transgressão moral. A referência à virgindade feminina como um elemento a ser preservado ainda faz parte dos discursos dominantes de controle sobre o corpo e sobre a sexualidade das mulheres (LOURO, 2000). A ideia, baseada numa lógica falocêntrica de sociedade, é de que a mulher que perde a virgindade fora do casamento perde a própria dignidade.

Como destaca a referida autora, seguindo a mesma lógica do processo de construção de gênero, a sexualidade é construída, ao longo de toda a vida, de muitos modos por todos os sujeitos. A sexualidade hegemônica se funda na heteronormatividade e é assegurada aos homens plena liberdade de sair com as mulheres que quiserem, quantas e quando quiserem. Ao invés disso, as mulheres precisam ter recato e preservar seu corpo, a fim de manter a vivência de sua (hetero)sexualidade dentro do que é considerado como “ideal”.

Ainda no que se refere à questão da sexualidade – o preconceito contra vivências homoafetivas entre as mulheres do presídio – uma entrevistada reforça a perspectiva da linearidade heteronormativa entre sexo, gênero e desejo:

VIOLETA, 25 anos: [No presídio] se a pessoa não tiver uma mente boa. Muita pressão psicológica. Se você não tiver, não tiver atitude mesmo, de você impor uma coisa e ser aquilo e pronto, você vai ser, é levada pela cabeça dos outros, pelo o que os outros falam. Meninas aí que chegam casadas, se relacionam com outras mulheres. Se a pessoa não tiver uma mente boa, vai se conduzindo pelo ruim.

Na narrativa de Violeta, o envolvimento homossexual entre mulheres é algo que conduz a um “caminho ruim”. Da forma como ela constrói o relato, as mulheres que lá estão se envolvem com outras porque não conseguem resistir à pressão psicológica gerada no ambiente. A compreensão da narradora sobre o assunto é, certamente, determinista e continua na ordem das regularidades, como se não fosse possível, em condições “normais”, que esse tipo de relacionamento acontecesse com aquelas mulheres.

A busca por essa “normalidade” constitui o que Butler (2015) chama de inteligibilidade do gênero, isto é, quando há coerência entre sexo, gênero e desejo, fundada numa heterossexualidade compulsória. Tal coerência é obtida quando uma pessoa que nasce com uma vagina, nomeada de mulher, sente atração sexual por homens. Significa dizer que quem não estiver no cenário de inteligibilidade está fora da norma. É essa a ideia usada para posicionar as relações homoafetivas nos mais diversos discursos, inclusive como visto nesta pesquisa.

Diversas estratégias são utilizadas para produzir e controlar um gênero e uma sexualidade em conformidade com os discursos hegemônicos. Segundo Louro (2000), para construir homens e mulheres, há um investimento continuado e produtivo dos sujeitos na determinação de suas formas de ser ou de viver o gênero e a sexualidade, ainda que esse processo não se mostre evidente ou consciente.

A despeito de todas as oscilações, contradições e fragilidades que marcam esse investimento cultural, a sociedade busca, intencionalmente, através de múltiplas estratégias e táticas, “fixar” uma identidade masculina ou feminina “normal” e duradoura. Esse intento articula, então, as identidades de gênero “normais” a um único modelo de identidade sexual: a identidade heterossexual (LOURO, *idem*, p. 17, grifos da autora).

Merece destaque, todavia, o relato de Gardênia, que, certamente, é o que mais se afasta dos discursos normativos de todas as entrevistadas, no que se refere à vivência da sexualidade. Referindo-se aos seus relacionamentos sexuais, ela demarca que não teve experiências boas nos casamentos heterossexuais e que sua melhor experiência foi a vivência lésbica com uma companheira no presídio.

ENTREVISTADORA: E como foram teus casamentos, Gardênia?
GARDÊNIA, 27 anos: Todos mau. O melhor que eu vivi foi com essa mulher que eu arrumei. (...) Muito bom meu casamento com ela... com

a menina [refere-se à companheira]. A gente vivia numas maravilhas. Eu não vou mentir a senhora não.

No entanto, em outro trecho do seu relato, afirma:

GARDÊNIA, 27 anos: Só a gente querer que a gente sai do vício.

Colocar na cabeça “Eu não quero, eu não quero” e... não querer.

ENTREVISTADORA: E não querer...

GARDÊNIA, 27 anos: É, principalmente quando vê os filhos crescendo. Porque minha filha tem dez anos, aí ela vai passar por uma rua e vai dizer: “Ó, a filha da noiada”. Eu não quero isso pra minha filha. É melhor que diga “Ó, a filha da lésbica”, como eu fui, que eu também não quero mais. [...] minha mãe me ajudou a gente a morar junto, porque dentro de casa não dava certo... pra meus filhos não vendo aquela convivência de duas mulheres...

No início do relato de Gardênia, ela afirma que o relacionamento homoafetivo foi bom, e apenas isso parecia interessar. Em seguida, quando fala do vício em drogas, do fato de não querer ser uma “noiada”, a narradora traz um juízo de reprovação sobre esse lugar, uma reprovação social sobre o comportamento de quem é viciada em droga e da própria rejeição a essa posição identitária. Ela não quer, de jeito nenhum, que a filha seja apontada na rua por ter uma mãe usuária de drogas. Por sua vez, traz a condição de estar homossexual como comparativo, como um fato que também costuma despertar uma condenação moral na sociedade, mas que a ela não importa, embora, em seguida, diga que não quer mais. O tempo verbal utilizado na frase “Ó, a filha da lésbica...”, como eu fui, que eu também não quero mais” sugere que a narradora enxerga a possibilidade de transitar entre experiências que se apresentam. Quando Gardênia afirma que não queria que os filhos vissem a convivência de duas mulheres, ela se aproxima da ideia de que a homoafetividade não se encontra no âmbito da “normalidade”.

É certo que a subversão da narradora, experimentada ao viver uma relação homoafetiva, materializa os momentos de ruptura aos quais se refere Butler (2015). Segundo a autora, os sujeitos que escapam da inteligibilidade da norma de gênero demonstram a instabilidade mesma do processo de construção da identidade, com as várias possibilidades que se apresentam a cada um. No entanto, importa dizer que, embora tenha experimentado a subversão da heterossexualidade compulsória e rompido com a inteligibilidade de gênero, Gardênia não se desvincilhou completamente do instituído em suas falas. Seus posicionamentos sobre a vivência de sua

sexualidade, indo e vindo em meio aos discursos hegemônicos e de rupturas com a norma, demonstram que, em vários instantes, a narradora se permite tráfegar em outras regiões não alcançadas pela normatividade, sem abandonar as posições identitárias dominantes. Há uma ligação de seu posicionamento com a fluidez das identidades sexuais.

Assumir essa contingência ou transitoriedade em relação à sexualidade pode ser interpretado como um rompimento com o discurso heteronormativo, que concebe a heterossexualidade como algo “natural”, “universal” e “normal” (LOURO, 2000), secularizando e tornando imutáveis as posições identitárias.

Segundo Nepomuceno (2005, p. 120), esse processo está relacionado à “ambivalência das possibilidades de ser e deixar de ser e continuar sendo, no fluxo contínuo de identidades plurais e suas possíveis ressignificações na contemporaneidade”. Esse processo de continuidades e descontinuidades se justifica porque as transitoriedades de gênero e sexualidade são apenas brechas, fissuras, algo que começa a escapar, mas que não subverte integralmente a ordem.

Louro (2000, p. 07) afirma que

essas múltiplas identidades sociais podem ser, também, provisoriamente atraentes e, depois, nos parecerem descartáveis; elas podem ser, então, rejeitadas e abandonadas. Somos sujeitos de identidades transitórias e contingentes. Portanto, as identidades sexuais e de gênero (como todas as identidades sociais) têm o caráter fragmentado, instável, histórico e plural, afirmado pelos teóricos e teóricas culturais.

Um caminho para compreender a complexidade e a aparente incoerência na construção dessas identidades tem sido apontado pelas abordagens pós-modernas, para as quais o sujeito se constrói e se desconstrói a todo instante, nas inúmeras possibilidades que se apresentam. Há quem defenda que existe uma espécie de “crise de identidade” (HALL, 2005), em que se consideram as diversas posições de sujeito assumidas pelo indivíduo na contemporaneidade. Há uma desmistificação da ideia de alguém ser um sujeito composto de essências e de discursos seguros e lineares sobre si. “Seja como uma modernidade líquida, exacerbada ou pós-moderna, o que sabemos é que a história humana está sendo marcada por descontinuidades e continuidades, uma pluralidade de possibilidades não-homogêneas, alterando o microuniverso particular de cada identidade na

vida cotidiana num multifacetado mundo de variantes e possibilidades” (NEPOMUCENO, op. cit., p.125).

Considerando que as entrevistas podem ter significado a oportunidade que essas mulheres tiveram de se explicar e de se posicionar em um lugar menos “reprovável”, é possível compreender a recorrência aos discursos normativos. Afinal, era o momento de se defender. No entanto, os inúmeros momentos de continuidades em relação aos discursos hegemônicos nas narrativas aqui analisadas não significaram falta de rupturas, pois, durante o processo de interanimação dialógica, as narradoras também se posicionaram de forma subversiva quanto às normas de gênero, principalmente quando admitiram ter participado do tráfico ou quando se posicionaram como mães irresponsáveis, como vimos anteriormente. Todavia, neste caso, não buscaram legitimidade para suas ações e se posicionaram como mulheres ao avesso do que deveriam ser, demonstrando que não havia, necessariamente, linearidade na construção de sua identidade, aproximando-se do típico sujeito pós-moderno, que se constrói e se desconstrói em meio a essas fissuras.

Considerações finais

Os repertórios trazidos pelas participantes da pesquisa indicam que a identidade das mulheres condenadas pelo tráfico de drogas é construída nas narrativas de histórias de vida em meio aos múltiplos lugares e posições assumidos, ora no campo das continuidades, ora nas descontinuidades em relação aos discursos hegemônicos sobre o gênero, evidenciando uma nítida inter-relação entre gênero, corpo, emoção e sexualidade.

O cotidiano é construído nos relatos como um espaço de permanências nos discursos heteronormativos de gênero e sexualidade, já que as narradoras incorporaram diversos repertórios que reproduziam a divisão binária entre “coisas de homem e coisas de mulher”. Mas não somente. Muitas vezes, colocaram-se fora das normas e romperam as barreiras dos discursos dominantes, embora, na maior parte dessas situações, tenham se posicionado como “desvio”, como algo que fugia do que seria “correto”.

Seja falando da sexualidade, seja tratando da maternidade, por exemplo, as mulheres entrevistadas repetiram bastante os discursos heteronormativos. E quando rompiam com eles, normalmente se colocavam como quem estava em contradição com a norma, sem tentar refutar as “verdades” estabelecidas socialmente. Todavia, também é importante pensar em como os discursos são circunstanciais e como o lugar de onde as narradoras falavam – o presídio – precisa ser refletido nesse processo. Convém lembrar que a própria identidade de traficante é uma primeira ruptura com o que está instituído em sociedade e que o momento das entrevistas foi uma oportunidade que as narradoras tiveram de se posicionar sobre as experiências com o crime. Ora, se todo discurso é circunstancial e se sempre há uma intencionalidade quando é produzido, é possível que essas mulheres desejassem reproduzir o discurso hegemônico, inclusive, para diminuir a reprovação que pesa sobre elas.

A notória permanência das narradoras na normatividade precisa ser pensada também em função da força das instituições que regulam e produzem os gêneros, cujos efeitos remontam à “naturalização” de comportamentos e características que fundamentam inúmeras relações de poder em sociedade.

Espera-se que as reflexões apresentadas neste artigo sirvam para tencionar a força dos discursos normativos hegemônicos sobre o gênero, sobretudo em situações que exijam a atuação de profissionais que lidem, direta ou indiretamente, não só com as mulheres do tráfico, mas também com as inúmeras relações sociais estabelecidas cotidianamente entre os universos masculino e feminino.

Referências

BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

BENITES, A. P. O.; BARBARINI, N. Histórias de vida de mulheres e saúde da família: algumas reflexões sobre gênero. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 1, 2009, pp. 16-24. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n1/03.pdf>. Acesso: 03 de outubro de 2019.

BISPO, R.; COELHO, M. C. Emoções, gênero e sexualidade: apontamentos sobre conceitos e temáticas no campo da Antropologia das Emoções.

Cadernos de campo, v. 28, n.2, 2019, pp. 186-197. DOI 10.11606/issn.2316-9133.v28i2p186-197

BRASIL. Lei n. 12.852 de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e as diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 150, p. 01-04, 6 de agosto de 2013, Seção I.

BRASIL. Ministério da Justiça. Dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, INFOPEN, 2020. Disponível em <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMTVMWRiOWYtNDVkNi00N2NhLTk1MGEtM2FiYjJmMmlwMDNmliwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso: 11 de jun. 2021.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, G. L. (Org). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2000, pp. 151-166.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 8. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, J. **Deshacer el género**. Espana: Paidós, 2016.

BUTLER, J. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LANG, A. B. S. et al. **História oral, Sociologia e pesquisa**: a abordagem do CERU. São Paulo: Humanitas, 2010.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, pp. 07-35.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOREIRA, V. S. **Impactos do envolvimento de mulheres presidiárias com o fenômeno das drogas**. Dissertação de Mestrado em Enfermagem, UFBA, Salvador, Brasil, 2012. 124p. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11765/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Enf_Vanessa%20Moreira.pdf. Acesso: 03 out. 2019.

MOURA, M. J. **Porta fechada, vida dilacerada – mulher, tráfico de drogas e prisão**: estudo realizado no presídio feminino no Ceará. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade, UECE, Fortaleza, Brasil. 2005, 145p. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_acion=&co_obra=132868 Acesso: 30 jun. 2021.

NEPOMUCENO, M. A. Ser e não ser: ambivalência nas identidades de gênero. **Revista Ártemis**, n.2. João Pessoa, 2005, pp. 119-129.

PORTELLI, A. “O que faz a história oral diferente”. **Projeto História**, n. 14, 1997, pp. 25-39.

PORTELLI, A. Um trabalho de relação: observações sobre a história oral **Revista Trilhas da História**. v.7, n. 13, 2017, pp.182-195. Disponível em: <https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/5306>

Acesso: 30 de junho de 2021.

SALGADO, M.G. S. Subjetividade, gênero e poder: a expressão cultural da emoção na integração médico-paciente. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, v. III, n. 2, 2003, pp. 311 - 352. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v3n2/05.pdf>. Acesso: 09 jun. 2021.

SCOTT, J. W. “Gênero, uma categoria útil de análise histórica”. **Educação e Realidade**, v. 16, n. 2, 1990, pp. 05-21.

SILVA, E. E. D. **A (des) construção social de identidades de mulheres criminosas**: estigmas, negociações e diferenças. Tese de Doutorado em Ciências Sociais UFCG. Campina Grande, Brasil, 2012. 313p.

SOARES, B. M.; ILGENFRITZ, I. **Prisioneiras**: vida e violência atrás das grades. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SOUZA, T. M. S. A emoção como tecnologia de poder e gênero. Projeto História, n.34, 2007, pp. 49-67. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2466/1561> Acesso: 24 jun. 2021.

SPINK, M. J. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

SPINK, M. J. et al. Uso de repertórios linguísticos em pesquisa. In: SPINK, M. J. et al (Org.). **A produção de informação na pesquisa social**: compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014, pp. 229-246.

SPINK, M. J.; MEDRADO, B. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. 2. ed. São Paulo, Cortez, 2000, pp. 41-62.

TEDESCHI, L. A. Os lugares da história oral e da memória nos estudos de gênero. **OPIS, Catalão**, v. 15, n. 2, 2015, pp. 330-343. DOI: 10.5216/o.v15i2.33931